

Sai o aperto monetário

Os ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernesto Galvães, e mais o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e o secretário de Controle das Empresas Estatais (Sest), Nelson Mortada, estiveram reunidos ontem, por mais de três horas, no Palácio do Planalto, para definir um maior aperto na política monetária, neste final de ano. Em meio à reunião, Delfim recebeu o senador Murilo Badaró (PDS-MG) para dizer que em janeiro "haverá sinais visíveis" de queda da inflação e dos juros. O diretor da área bancária do Banco Central, José Luís Silveira Miranda, afirmou que espera a nova orientação para a política monetária em novembro e dezembro, mas comentou: "Arrocho excessivo não existe no vocabulário da autoridade monetária. E o arrocho necessário".

A saída da reunião do Palácio do Planalto, o presidente do Banco Central disse que o encontro serviu para "as discussões preliminares" sobre o orçamento monetário de 1984. Pastore negou que estivesse em pauta, apesar da presença de Mortada, o exame de novas medidas para cortar os gastos públicos ou a revisão das metas de déficit público contidas na Carta de Intenções do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mas, na conversa com Badaró, Delfim anunciou "duros cortes nos gastos públicos". Para o senador mineiro, o ministro do Planejamento não pode reclamar do Congresso Nacional a falta de instrumentos para combater a inflação, após a aprovação do Decreto-lei 2.065. Badaró ressaltou que Delfim só deve mostrar resultados, já que tem tudo o que pediu para baixar a inflação.

Enquanto Delfim, Galvães e Pastore planejam o novo aperto monetário, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, Cesar Rogério Valente, foi ao presidente do Banco Central alertar que a maioria das empresas não tem condições de pagar, este ano, o 13º salário. Após o terceiro ano de recessão, Valente ressaltou que, "pela incompetência de Delfim", o país enfrenta a pior crise dos últimos cinquenta anos.

"O Banco Central está aberto ao diálogo, o que não ocorre na Secretaria do Planejamento da Presidência da República" — disse o dirigente da entidade empresarial gaúcha. Segundo ele, "Delfim não se adaptou à abertura política e conserva as características pessoais adaptadas ao regime anterior".